PROAD 914/2025

Data e horário: 17 de out. de 2025 14:00 BRT

Local: Telepresencial (https://meet.google.com/jmb-vsuz-hrc)





PARTICIPANTES Portaria GP.TRT4 nº 125/2024					
NOME DO INTEGRANTE OU Convidado	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA		
Des. João Batista de Matos Danda	Magistrado Supervisor	✓			
Juíza Mariana Piccoli Lerina	Magistrada / Auxiliar da Vice-Presidência	✓			
Juíza Luciana Caringi Xavier	Magistrada / Auxiliar da Vice-Presidência				
Juiz Daniel Souza de Nonohay	Magistrado / Auxiliar da Corregedoria				
Juíza Adriana Moura Fontoura	Magistrada Coordenadora	✓			
Juiz Giovane Brzostek	Magistrado	\checkmark			
Juiz Marcelo Papaléo de Souza	Magistrado convidado	✓			
Gustavo Martins Baini	Coordenador da Coordenadoria de Agravos Internos	✓			
Geraldo Cruz Teixeira	Diretor da Secretaria de Inteligência Judiciária		✓		
Nataniel Soares Medeiros	Coordenador da Coordenadoria de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas	✓			
Márcia Zani de Azevedo	Assessora de Uniformização de Jurisprudência	▽			

Unidade de apoio executivo: SIJUD



Secretário: Rafaella Barros da Silva.

PAUTA

Assunto 1: Deliberações da reunião anterior.

Assunto 2: Ofício do TJ/SC para realização de reunião

Assunto 3: Minuta de acordo de cooperação encaminhada pelo grupo JBS

Assunto 4: Relato da participação no 4º Encontro Nacional de Magistrados

de Cooperação Judiciária - CNJ

Assunto 5: Termo de cooperação 212/2024

Assunto 6: Panorama sobre acordos de cooperação realizados em

2024/2025 conforme solicitação do CNJ

Assunto 7: Inclusão do Núcleo no fluxo de assinatura de acordos de

cooperação

Assunto 8: Sugestão de capacitação enviada à Ejud4

Assunto 9: Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo Des. João Batista de Matos Danda, e registradas as deliberações, a seguir enumeradas. Acerca do Assunto 1, o Des. João Batista de Matos Danda menciona que o Acordo de Cooperação referente a assédio eleitoral está sob análise pela Divisão de Contratos para fins de renovação. Registra que o Plano de Trabalho relativo ao ACT celebrado com o Santander está na Seção de Contratos para assinatura da procuradora do Santander. O Coordenador Nataniel Soares Medeiros registra que o plano de trabalho do acordo com o Santander está em processo de assinatura e logo deve ser enviado aos CEJUSCs do interior; A Juíza Adriana Moura Fontoura questiona se o acordo abrange apenas processos em fase de execução, ao que a Assessora



Márcia Zani responde que abrange os processos em fase de conhecimento também, desde que já tenham sentença. Em relação ao Assunto 2, o Des. João Batista de Matos Danda menciona ofício do Tribunal de Justiça de Santa Catarina solicitando realização de reunião presencial, com data e local a serem definidos, com os integrantes da Rede Sul de Cooperação, com o objetivo de promover a aproximação entre os Tribunais. Propôs a realização de uma reunião telepresencial com o TJSC para alinhar o objetivo e os envolvidos e, posteriormente, se for o caso, uma reunião presencial no início do ano que vem com todos os integrantes da RedeSul. No tocante ao Assunto 3, o Des. João Batista de Matos Danda tece considerações sobre a minuta de acordo de cooperação técnica enviada pelo grupo JBS visando conciliação, ressaltando que o termo estipula inúmeras atribuições aos órgãos do TRT4, como o NUPEMEC e a Vice-Presidência. Pondera que o acordo nos termos em que proposto pode gerar maior morosidade aos processos. Sugere dar ciência do pleito ao Gabinete da Vice-Presidência e ao NUPEMEC, com cópia da minuta, para verificar se há interesse da Administração do TRT4 em firmar acordo de cooperação nesses termos. O **Juiz Giovane Brzostek** adere à preocupação do Des. João Batista e pontua que a forma de operacionalizar o acordo pode ser problemática por envolver questões jurisdicionais, como, por exemplo, a cláusula referente à responsabilidade subsidiária. Com relação aos processos em fase de liquidação, sugere a possibilidade de ouvir as Varas impactadas para verificar a sua capacidade de absorção do procedimento. A Juíza Mariana Piccoli Lerina ressalta que, caso haja interesse da Administração em firmar o acordo, será necessário reavaliar as cláusulas, incluindo aspectos relativos às contribuições previdenciárias, de modo a evitar o pedido de atribuição integral de natureza indenizatória às verbas e a incentivar a celebração de acordos em primeiro grau, antes da sentença. O Des. João Batista de Matos Danda sugere que, ou seja rejeitado de plano o acordo por envolver muitas questões de caráter jurisdicional, ou seja dada ciência ao NUPEMEC e à Vice-Presidência, e, posteriormente, aos representantes da JBS. O Juiz Giovane Brzostek opina por encaminhar ao NUPEMEC para avaliação e sugestões, pois algumas questões podem



sobrecarregar as Varas e suas Secretarias. A Assessora Márcia Zani concorda com o encaminhamento ao NUPEMEC, inclusive para que o Núcleo tenha conhecimento da preocupação do grupo. O Coordenador Nataniel Soares **Medeiros** concorda com o envio da minuta ao NUPEMEC, com cópia da presente ata. O Des. João Batista de Matos Danda assinala que será dado encaminhamento com essas observações. Quanto ao Assunto 4, a Juíza Adriana Moura Fontoura tece considerações sobre sua participação no 4º Encontro Nacional de Magistrados de Cooperação Judiciária do CNJ. Registra, ainda, que a Justiça do Trabalho se mostra atrasada com relação ao instituto da cooperação, especialmente em situações aparentemente mais simples e que podem ser resolvidas por meio da cooperação. Em relação ao Assunto 5, o Des. João Batista de Matos Danda informou a realização de reunião entre os Tribunais integrantes do Termo de Cooperação nº 212/2024, o qual tem por objetivo conferir maior efetividade às execuções propostas contra empresas em recuperação judicial ou em processo falimentar. Propõe a indicação, ao Presidente do TRT4, de um juiz de cooperação para acompanhar e dar maior efetividade ao referido termo nos dois próximos meses. A Juíza Mariana Piccoli Lerina informa que conversará com a Juíza Luciana Caringi Xavier sobre a possibilidade de indicação, manifestando não ter objeção em assumir a função durante o período. O **Des. João Batista de Matos Danda** propõe a realização de reunião com as áreas técnicas de cada Tribunal, com vistas à construção de uma atuação interinstitucional. O Des. João Batista de Matos Danda relata a participação do Juiz Marcelo Papaléo de Souza e da Juíza Mariana Piccoli como representantes do TRT4 no Congresso de Cooperação que será realizado na próxima semana. A Juíza Mariana Piccoli Lerina assevera que seguirá a linha de atuação do Juiz Rodrigo Trindade de Souza, com o intuito de fortalecer a integração entre a Justiça do Trabalho e os demais ramos do Judiciário. A Juíza Adriana Moura Fontoura comenta que participará do evento representando a Presidência do Tribunal. No que diz respeito ao Assunto 6, o Des. João Batista de Matos Danda relata o recebimento de planilha com grande volume de Acordos de Cooperação realizados no período de 2024/2025. A Juíza Adriana Moura



Fontoura atenta para a dificuldade de encontrar informação sobre os Acordos de Cooperação celebrados pelo Tribunal. Quanto ao Assunto 7, a Assessora Márcia Zani afirma que é possível observar a celebração de muitos Acordos de Cooperação pelo Tribunal sem que o Núcleo de Cooperação tenha tido ciência prévia. Sugere a criação de um fluxo em que seja assegurada ao Núcleo o conhecimento prévio dos acordos de cooperação a serem celebrados. O Des. João Batista de Matos Danda registra que a celebração dos acordos sem conferir ciência ao Núcleo pode agilizar o processo, mas que nada impede a inclusão do Núcleo no fluxo do acordo de cooperação. A Juíza Mariana Piccoli Lerina propõe a criação de um local onde sejam armazenados os arquivos referentes aos termos de cooperação vigentes e seja possível consultar informações sobre os termos vigentes e os que estão próximos de vencer. A Juíza Adriana Moura Fontoura sugere o encaminhamento à SGTI para a criação de aba dentro da página do Tribunal com a relação dos Termos de Cooperação celebrados. O **Juiz Marcelo Papaléo de Souza** ponderou que o crescimento das demandas envolvendo atos de cooperação pode gerar a necessidade de maior estrutura para o Núcleo de Cooperação, e sugeriu a centralização das informações sobre os termos de cooperação em um portal. Todos concordam com o encaminhamento da sugestão de criação de portal/repositório à SGTI. No que concerne ao Assunto 8, o Des. João Batista de Matos Danda relata o envio de sugestão de capacitação à Ejud4, a ser incluída no Encontro de Magistrados ou na forma de curso autônomo, para fomentar os atos de cooperação no âmbito do TRT4. Quanto ao Assunto 9, o Des. João Batista de Matos Danda informa que a Juíza Adriana Moura Fontoura e o Diretor Geraldo Cruz Teixeira participarão do III Congresso Gaúcho de Cooperação Judiciária que ocorrerá em outubro.



ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS					
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES		
Agendamento de reunião telepresencial com o TJSC	Sijud	31/10/2025			
Encaminhamento da minuta de ACT formulada pela JBS, com cópia da presente ata, ao Gabinete da Vice-Presidência e ao NUPEMEC	Sijud	31/10/2025			
Possibilidade de indicação de Juíza de Cooperação, em substituição ao Juiz Rodrigo Trindade de Souza, até o final da gestão da atual Administração	Dra. Mariana Piccoli Lerina				
Encaminhamento à SGTI para criação de portal/repositório de Acordos de Cooperação celebrados	Sijud	30/11/2025			

Ata validada por *e-mail* pelos(as) participantes